



Brasília, 17 de agosto de 2020.

Selo CAU/DF - Arquitetura de Brasília

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina dos arquitetos e urbanistas, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

No desempenho de seu papel institucional, no âmbito de sua jurisdição, o CAU/DF exerce ações informativas sobre questões de interesse público e é promotor de discussão e proposição de temas relacionados à Arquitetura e Urbanismo no âmbito de políticas públicas, programas ou iniciativas de interesse social e coletivo, assim como ações comprometidas com as finalidades da profissão.

Em conformidade com a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o Regimento Geral do CAU e o Regimento Interno do CAU/DF, compete ao CAU/DF zelar pela dignidade, independência e valorização cultural e técnico-científica do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

Neste ano de 2020, Brasília completou 60 anos de sua inauguração. As celebrações de tal fato notório foram tímidas dada a pandemia de COVID 19 que impôs aos brasilienses o isolamento social. Sem a possibilidade de realizar eventos alusivos à data, o CAU/DF decidiu criar a Comissão Temporária de Patrimônio, com o intuito de promover a arquitetura de Brasília representada pelas edificações e espaços públicos que fazem parte da vida cotidiana, muitas vezes relegada a um papel secundário por estar fora da escala monumental que trouxe reconhecimento à capital.

Os trabalhos da Comissão foram iniciados em abril de 2020 e visam à proposição de um conjunto de ações para valorização daquelas arquiteturas tradicionais de Brasília não reconhecidas como patrimônio cultural pelos órgãos competentes.

É de entendimento da Comissão que os edifícios construídos em Brasília nas suas primeiras décadas, fora do eixo monumental, – blocos residenciais, casas, edifícios comerciais, edifícios de escritórios e edifícios institucionais – foram tão essenciais para a formação da imagem da cidade quanto seus monumentos. Enquanto os monumentos funcionaram como marcos de claro apelo simbólico, isolados ou não de seu contexto, a arquitetura não monumental, por outro lado, possui significativa relevância como conjunto e quantidade de edificações construídas.



Contudo, essas edificações do cotidiano não encontraram, ao longo dos anos, o reconhecimento histórico que os destacados palácios, igrejas e edifícios públicos da mesma época, mais preservados em suas características originais. Ao contrário, observa-se com o tempo a execução de sucessivas reformas visando, para além da manutenção dos acabamentos ou da substituição de elementos deteriorados, a intencional alteração das características originais dos edifícios.

Deve-se reconhecer que, em muitos casos, as reformas de fachada são motivadas por questões técnicas oriundas da passagem do tempo, como caixilharias metálicas enferrujadas, pastilhas originais com problemas de descolamento, encanamentos e fiação elétrica obsoletos. Outra motivação legítima é a adequação dos edifícios às normas de acessibilidade universal, bem como o surgimento de novas tecnologias, para as quais os edifícios antigos não se encontram preparados – sistemas de ar condicionado, cabeamento de TV e internet e aquecimento solar de água. Ainda, podemos citar os avanços em soluções de fachadas, como os vidros laminados, mais resistentes, os caixilhos de alumínio e PVC, mais duráveis e com maior proteção acústica, o surgimento das argamassas de alta resistência e de sistemas de fixação ventilada de revestimentos.

Em que pesem esses avanços, é inegável que em boa parte dos casos as alterações limitam-se a intervenções de caráter meramente estético, frequentemente em detrimento da boa técnica construtiva. Como exemplos, pode-se citar:

- a substituição de revestimentos por outros de cores e características distintas (pastilhas substituídas por granitos, pinturas trocadas por chapas de alumínio);
- o emprego de cerâmicas e pastilhas de baixa qualidade aplicadas em padronagens geométricas e combinações de cores incompatíveis com a concepção original;
- a substituição de caixilharias de fachada por sistemas de vidro temperado sem esquadria;
- a troca do tipo de vidro, geralmente de transparente para fumê ou espelhado;
- a remoção de elementos característicos das fachadas modernas como cobogós e brises;
- a fixação de grades metálicas em frente às janelas;
- a instalação de aparelhos de ar condicionado e cabos de antena sem qualquer suporte ou padronização;
- nos pilotis, a adição de salões de festas, novos revestimentos de pisos e colunas, retirada de painéis de azulejos e acréscimo de sancas e outros detalhes de gesso.

No meio urbano, as intervenções realizadas nos jardins e calçadas do entorno das edificações empenham-se em limitar a livre circulação, com o plantio de cercas vivas, ou em alterar as espécies plantadas por outras fora de contexto, como pinheiros, gramas japonesas e outras espécies exógenas. Os calçamentos modificados perdem unidade formal, criando ilhas de pisos variados, prédio após prédio.

O que se observa passando pelas quadras é o surgimento de uma cultura de reformas, que, sob o pretexto de motivação técnica e conservação, acaba por descaracterizar a paisagem da



cidade. Infelizmente, torna-se cada vez mais raro encontrar exemplares bem cuidados de edifícios cotidianos da arquitetura moderna e pioneira da cidade que tenham preservado suas principais e características.

Motivados em contribuir para a valorização da cidade, a Comissão Temporária de Patrimônio do CAU/DF, com o apoio do da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), da Secretaria de Turismo (Setur), da Administração Regional de Brasília, do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Distrito Federal (IAB-DF) e da Associação das Empresas de Arquitetura e Urbanismo de Brasília (AEArq), anuncia a criação do Selo CAU/DF - Arquitetura de Brasília, cujo objetivo é celebrar arquitetura moderna do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto, contribuindo para:

- valorizar a arquitetura não monumental da cidade;
- exaltar os autores pouco conhecidos pelo público geral e dar notoriedade às suas obras, que expressam valores arquitetônicos e históricos da cidade;
- divulgar as boas práticas de conservação e manutenção predial;
- sensibilizar a sociedade de que as reformas prediais podem ser compatíveis com a preservação da linguagem arquitetônica do movimento moderno.

O Selo CAU/DF - Arquitetura de Brasília é constituído por placa alusiva à obra, a ser fixada em suas imediações, acompanhada de certificado emitido pelo CAU/DF e entidades apoiadoras, a ser entregue em quatro vias de igual teor, destinadas ao autor do projeto original (ou um representante de sua família), ao autor do projeto de reforma/restauro, ao responsável técnico pela execução da obra e ao condomínio. Importante salientar que este selo não é um tombamento, mas um certificado de reconhecimento pelo relevante trabalho realizado no sentido da preservação da nossa história e da nossa cultura.

Com essa medida, o CAU/DF espera contribuir, mais uma vez, para a valorização do patrimônio cultural de nossa cidade, e chamar a atenção do cidadão brasileiro sobre a imersão cotidiana e sua importante atuação na preservação de Brasília.



Primeira Edição

Na primeira edição da certificação, serão analisados pelo CAU/DF edifícios residenciais e não residenciais aptos a receber o selo. A escolha dos contemplados será realizada por uma Comissão Avaliadora composta pelos membros da comissão de patrimônio, seguindo os critérios pré-definidos para a análise.

Critérios para avaliação dos edifícios

- respeito à arquitetura original;
- manutenção adequada das fachadas;
- respeito às linhas gerais de composição do edifício;
- manutenção dos tipos de revestimento e cores originais, sempre que possível;
- manutenção de elementos originais, se não for possível, critério na reconstituição/substituição;
- manutenção dos pilotis livres, sem cercamento;
- ausência de ocupações excessivas dos pilotis;
- se houver intervenções, que respeitem a autenticidade do edifício.

Além disso, serão valorizadas as intervenções que:

- ofereçam acessibilidade universal ao edifício, desde que respeitando sua arquitetura;
- resolvam de maneira adequada problemas atuais, como a inserção de aparelhos de ar condicionado e passagem de cabos;
- visem a sustentabilidade ambiental e conservação de energia do edifício; estejam sem pendências administrativas em órgãos do GDF.

Os seguintes critérios poderão ser utilizados em caso de empate nas escolhas dos edifícios, válidos para essa edição:

- autor do projeto original não repetido - implica na divulgação de mais nomes pouco conhecidos;
- maior quantidade de repetições - implica em incentivo a mais prédios preservarem;
- maior densidade da quadra - impacta mais moradores;
- idade da obra - quanto mais antigo, mais sensível;
- diversidade de unidades imobiliárias de diferentes padrões- importante premiar prédios que alcançam diferentes arranjos domiciliares.